

# Instituto Socioambiental

fonte: A Brito class.: Tikuna

data: 6/12/94 pg.: \_\_\_\_\_

## Justiça julga caso dos tikunas dia 12

Apenas dois dos 13 acusados pelo massacre a 14 índios Tikuna não foram intimados pelo juiz da Comarca de Benjamin Constant a comparecer a julgamento que ocorrerá no próximo dia 12, no Juri Popular em Manaus, segundo garantiu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Roberto Hermidas de Aragão. O mandante do crime, Oscar Castelo Branco, encontra-se em um sítio no município de Santo Antônio do Itá, a mais de 300 quilômetros do local onde ocorreu o massacre. O outro acusado, Francisco de Souza Rodrigues, deve ser notificado nas próximas horas, segundo informou o juiz da Comarca de Benjamin Constant, Luiz Henrique Braz.

Luiz Henrique informou ainda que todos os citados compareceram em cartório para saber dos recursos para se deslocarem a Manaus. Para resolver o problema, o juiz aguarda confirmação da colaboração da Força Aérea Brasileira, na liberação de uma aeronave. "A Força Aérea deverá levar para Manaus todas as pessoas arroladas no processo e trazê-las de volta. Eu estou aguardando só a confirmação do Tribunal de Justiça", disse o juiz.

Até a última sexta-feira pela manhã, a seção de Relações Públicas do Sétimo Comando Aéreo Regional não tinha conhecimento da solicitação por parte do Tribunal de

### O Júri Popular vai decidir em Manaus a sorte dos acusados do massacre de 14 índios tikunas

Justiça, segundo apurou a assessoria de Imprensa do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em Benjamin Constant, segundo nota do Cimi, várias entidades se mobilizam para evitar a não realização do julgamento.

"Estamos fazendo de tudo para que o julgamento se realize. Desde que recebemos as cartas precatórias o oficial de justiça está se movimentando para localizar as partes envolvidas", assegura o juiz Luiz Henrique Braz. A administração local da Funai colocou um barco à disposição da Justiça para as viagens aos lugares onde moram os réus e

testemunhas, alguns em localidades distantes da sede do município.

Com a citação dos envolvidos, parte do problema está resolvida. Agora, as entidades e organizações indígenas têm pela frente duas grandes preocupações. A mais urgente diz respeito ao transporte de pelo menos 37 pessoas (13 réus, 5 testemunhas, 19 vítimas sobreviventes), de Benjamin Constant para Manaus. Caso este problema não seja solucionado, a polémica passa a ser outra: se os réus, depois de citados, podem ser julgados à revelia.

Na reunião com representantes das organizações indígenas e entidades de apoio na semana passada, o promotor João Bosco de Sá Valente advertia sobre a impossibilidade da realização do julgamento sem o comparecimento das partes. O juiz corregedor substituto, Ruy Mendes de Queiroz, emitiu parecer afirmando que, depois de intimados, "o problema de comparecer ou não pertence a eles", confirmando a realização da sessão para o próximo dia 12, independente da presença dos réus.